

## Povos Indígenas em escolas urbanas da Amazônia: a reedição do contato?

Josélia Gomes Neves<sup>1</sup>

A *intercultural* vem se configurando como um objeto de estudo interdisciplinar e transversal, no sentido de tematizar e teorizar a complexidade (para além da pluralidade ou da diversidade) e a ambivalência ou o hibridismo (para além da reciprocidade ou da evolução) dos processos de *elaboração de significados nas relações* intergrupais e intersubjetivas, constitutivos de campos identitários em termos de etnias, de gerações, de gênero e de ação social. (FLEURI, 2003, p. 23)

**Resumo:** A colonização em Rondônia é recente tem cerca de trinta anos. Durante todo o processo aconteceu uma série de conflitos com as populações indígenas que já ocupavam tradicionalmente estes territórios. Como consequência também deste fenômeno cada vez mais famílias indígenas tem se deslocado para os centros urbanos. No intuito de melhor compreender esta ocorrência propomos o estudo: Povos Indígenas em escolas urbanas: a reedição do contato? O objetivo foi analisar as repercussões acerca da presença de estudantes indígenas em escolas urbanas na Amazônia. Foi desenvolvido de novembro de 2011 a dezembro de 2013, a partir da inserção de 03 escolas públicas, 03 estudantes indígenas das etnias Arara e Gavião (02 meninas e 01 menino), 03 docentes, 03 diretoras e 05 familiares (03 mães e 02 pais) a partir da utilização de entrevistas semi-estruturadas. Dentre outros aspectos o estudo apontou que a presença indígena na escola não é tranquila, há conflitos, desentendimentos e reclamações diretamente relacionadas a condição étnica, o que implica a necessidade de aprimoramento de processos de formação continuada para os/as docentes através da implantação da Lei 11,645/2008 e possibilitar respostas públicas diferenciadas as atuais demandas colocadas pela presença indígena na cidade.

**Palavras-Chave:** Índios Urbanos. Educação Escolar. Cidades. Amazônia.

**Abstract:** The colonization is recent in Rondônia has nearly thirty years. Throughout the process there was a series of conflicts with indigenous peoples who have traditionally occupied these territories. As a consequence of this phenomenon also increasingly indigenous families have moved to urban centers. In order to better understand this finding we propose the study: Indigenous Peoples in urban schools: the reissue of contact? The objective was to analyze the effects on the presence of Indian students in urban schools in the Amazon. Was developed from November 2011 to December 2013, from the insertion of 03 public schools , 03 Indian students of ethnicities Arara and Hawk (02 girls and 01 boy), 03 teachers , 03 principals and 05 families (03 mothers and 02 fathers) from the use of semi-structured interviews. Among other things the study pointed out that the Indian presence in school is not quiet, there are conflicts, disagreements and complaints directly related to ethnic condition , which implies the need for process improvement continuing education for/as teachers through the implementation of the Law 11,645/2008 and allow public responses differentiated the current demands placed by the indigenous presence in the city .

**Keywords:** Urban Indians. School Education. Cities. Amazon.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Escolar. Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação da Amazônia (GPEA) [josélia.neves@pq.cnpq.br](mailto:josélia.neves@pq.cnpq.br) [joshiva42@gmail.com](mailto:joshiva42@gmail.com)

## Introdução

Particularmente no estado de Rondônia, registros escritos<sup>2</sup> informam que a história do contato entre indígenas e não indígenas ocorrido principalmente nos anos 1970 decorrentes dos programas oficiais de estímulo a ocupação na Amazônia teve como consequência um tenso processo de colonização que historicamente promoveu a expulsão dos índios de seus territórios tradicionais, drástica redução populacional e em alguns casos, até mesmo a extinção de etnias, evidenciando que o “[...] a imigração brasileira para Rondônia foi grande e seus efeitos se fizeram sentir sobre a população indígena, com lutas e mortes” (MINDLIN, 1985, p. 17).

Considerando este passado recente inferimos que as relações estabelecidas por ocasião do contato expresso na maioria das vezes em conflitos ecoam em várias formas de tensões na atual condição indígena, no que diz respeito tanto à presença dos índios nas periferias como nas escolas urbanas, no pensar de Freitas (2009) “[...] as vozes desses protagonistas indígenas ganham ainda mais importância, na medida em que representam o eco de um processo de longa duração [...], daí nossa inferência, tomadas as devidas proporções, de uma reedição do contato.

Nas relações sociais que ocorrem no espaço urbano de Ji-Paraná é possível observar eventos que sugerem estranhamentos, discriminações e preconceitos de não indígenas para com a presença indígena na cidade. A título de ilustração citamos duas notícias veiculadas em jornais eletrônicos locais<sup>3</sup>: a primeira informa a respeito de um roubo de moto supostamente por um indígena, os comentários transcritos na íntegra que seguem após a notícia apresentada, são os seguintes:

Ué, mas não dizem que os índios são protegidos pela Lei, que eles são bonzinhos, precisam do amparo legal. Ainda por cima, não dizem aos quatro ventos que índio não pode ser punido? E agora, como fica? Será que alguém pode me dizer? (Pedro Francisco)

Ta vendo só da dinheiro pra póbre mais não da liberdade, as autoridades passam tanto a mão na cabeça desses índios e olha só no que é que dá, eles pensam que podem tudo. (Morena).

Os comentários evidenciam desconhecimentos, visão ingênua, ideias cristalizadas de uma excessiva proteção legal por parte do Estado, e em decorrência disso, uma relação produtora de tutela e impunidade diante das faltas ou crimes por parte dos índios.

---

<sup>2</sup> (BECKER, 1984; MARTINS, 1978; LEONEL JR, 1995; OLIVEIRA, 1997; PERDIGÃO & BASSÉGIO, 1992; TEIXEIRA; FONSECA, 2001; SILVA, 1984)

<sup>3</sup> <http://www.rondoniagora.com/noticias/indio-presos-com-moto-roubada-em-ji-parana-2011-04-18.htm>

Outra situação que explicita o pensar não indígena sobre os índios, pode ser verificado em outra notícia a respeito de uma manifestação indígena em 2012 também no município de Ji-Paraná, de paralisação do trânsito na ponte no Rio Machado. Na ocasião, apresentando pinturas corporais, cocares, colares, arcos, flechas, faixas e microfones problematizavam a publicação de documentos legais desfavoráveis as etnias - as Portarias 303/2012 e 308/2012, elaboradas pela Advocacia Geral da União. O comentário sobre a matéria publicada, além de expressa uma ideia maniqueísta, índio/civilizado - uma concepção de identidade fixa (HALL, 2006) inadequada para compreender os Povos indígenas na atualidade, bem como o jogo de lugares que eles ocupam considerando as circunstâncias impostas às suas rotinas pelo contexto capitalista:

O POVO E PRINCIPALMENTE OS GOVERNANTES TÊM QUE ENTENDER É QUE INDIO OU AGE COMO INDIO OU DEVEMOS CONSIDERÁ-LOS CIVILIZADOS. QUANDO QUEREM ALGO ESPERNEIAM PORQUE SÃO INDIOS E COMO TAL REQUEREM TRATAMENTO DIFERENCIADO, CONTUDO NÃO QUEREM VIVER NA MATA, CAÇAR, DANÇAR PRA CHUVER ETC. SE ELES QUEREM TERRA QUE AS TENHAM E VIVAM POR LÁ E ESQUECEM A CIVILIZAÇÃO QUE É LUGAR DE QUEM NÃO É INDIO OU JÁ FOI. SAMUEL MILET16/08/2012 - Potro Velho-RO

Nesta direção é possível observar uma produção razoável de registros em diferentes formatos - relatórios<sup>4</sup>, pesquisas<sup>5</sup> e trabalhos acadêmicos<sup>6</sup> que dão visibilidade ao tema da discriminação étnica sofrida pelos indígenas no Brasil. Em Rondônia, investigação sintetiza que:

[...] há muita falta de conhecimento do branco em relação ao índio, isso fica evidente nas entrevistas realizadas com diversas pessoas da comunidade, entre elas acadêmicos e professores universitários, onde muitos dizem que o índio é preguiçoso e que tem mais que acabar com a proteção. Outros dizem que índio não é gente e por isso deveria viver no mato, outros ainda acham que é correto o branco tomar as terras dos índios, pois eles não trabalham e outros ainda disseram que índio não necessita de

<sup>4</sup>CIMI. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2011. <http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>

<sup>5</sup>FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Percepção de preconceito contra indígenas.

<http://csbh.fpabramo.org.br/galeria/capitulo-3-percepcao-de-preconceito-contra-indigenas-no-brasil>

<sup>6</sup>REZENDE, Gerson Carlos. **A relação entre indígenas e não-indígenas em escolas urbanas**: um estudo de caso na cidade de Campinópolis – MT. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá – MT. 2003.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac. **Entre outros olhares e novas trilhas**: violência simbólica e práticas pedagógicas com crianças indígenas “urbanas”. Uberlândia, Ano XI, n.11, p. 11-23, Olhares & Trilhas, 2010.

cuidados médicos e nem assistência social porque tem que viver na mata e ele mesmo cuidar-se<sup>7</sup>.

Apesar de todo este contexto hostil e preconceituoso, os Povos Indígenas de Rondônia, particularmente os Arara e Gavião seguem suas lutas, que envolvem questões locais como a melhoria da educação escolar indígena, o atendimento a saúde, a revisão dos limites da Terra indígena Igarapé Lourdes como meio de incluir territórios tradicionais excluídos por ocasião do processo demarcatório e a problematização sobre a possível construção da Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machado.

Incorporam ainda debates nacionais, dentre os quais, reivindicam a imediata revogação das Portarias 303 de 16 de julho 2012 e 308 de 26 de julho de 2012, ambas da Advocacia Geral da União - AGU, que de acordo com os indígenas fdesrespeitam direitos previstos na Constituição Federal brasileira e compromissos internacionais como a Convenção 169 da OIT, assinada pelo Congresso Nacional em 2004, contextos que explicitam sua situação na atualidade.

## **I – A presença indígena na escola urbana: que repercussões?**

Como discutido no tópico anterior, há um conjunto de tensões postas na relação entre indígenas e não indígenas, sobretudo no espaço urbano e mais especificamente na escola, objeto central de nosso olhar acadêmico. Estas situações de tensões interculturais tem se constituído em foco de atenção de um conjunto de trabalhos significativos, sobretudo nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, localidades em que estão situadas diferentes etnias indígenas. As leituras destes textos – os que foram selecionados para este estudo apresentam formatos de trabalhos acadêmicos: artigos, dissertações e teses, o que a nosso ver, atesta a novidade do tema - permitem afirmar ainda que há várias perspectivas consideradas nesta complexa relação: relações entre estudantes indígenas e escolas urbanas.

No estado do Amazonas destacamos dois trabalhos: o de Mubarak Sobrinho (2009), que estudou as culturas das crianças indígenas Sateré-Mawé do Amazonas e sua relação com as culturas das escolas urbanas, destacando que mesmo em um contexto urbano, os Povos Indígenas desta etnia elaboram vários mecanismos para assegurar sua vinculação ao universo étnico, uma possível reação as vivências tão diferentes oferecidas pelo ambiente escolar e o estudo de Paladino (2010) que afirma que a presença indígena em escolas urbanas decorre de diferentes objetivos e representações: “[...] determinados pela posição social e pela configuração ideológico-religiosa de estudantes e

---

<sup>7</sup> GOMES, Rafaela Maia; OLIVEIRA, Dulcineia da Silva et all. **Nossos parentes excluídos**: a questão da discriminação indígena em Ji-Paraná/Ro. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.

de seus parentes, tais como se civilizar, conhecer o mundo dos brancos, experimentar a cidade, ter acesso a uma melhor educação". (PALADINO, 2010, p. 160).

Rezende (2003) e Both (2009) apresentam investigações sobre a temática no estado do Mato Grosso: o primeiro pesquisou as diferentes percepções entre estudantes indígenas Xavante e os não-indígenas no município de Campinápolis, no Mato Grosso. Para o autor os índios Xavante em função dos conflitos do passado e das dificuldades na escola, fogem dos não indígenas, estes por sua vez, se vêem "[...] como superiores e com maiores direitos ao espaço que ocupam. [...] essa percepção do Xavante reflete no interior da escola e influencia o aprendizado do aluno indígena".(REZENDE, 2003, p.113).

Já o segundo pesquisou a trajetória e o cotidiano vivido por estudantes indígenas do povo Paresi que procuram as escolas urbanas de Tangará da Serra, no Mato Grosso para a continuação dos estudos iniciados nas aldeias. Atesta que os estudantes indígenas enfrentam cotidianamente dificuldades de várias ordens: "[...] afirmação da sua identidade, no meio do "branco", dificuldade de comunicação em português, dificuldade de entendimento da organização e funcionamento da escola, etnocentrismo de toda ordem e pressões psico-emocionais variadas" (BOTH, 2009, p. 134).

No Mato Grosso do Sul selecionamos os estudos de Brand e Calderoni (2010) que analisaram as dificuldades vivenciadas pelos estudantes indígenas Kadiwéu e Terena em escolas públicas de educação básica do município de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, focalizando, sobretudo as contradições e ambivalências decorrentes deste processo e da equipe de pesquisadores Vieira, Ferreira e Nascimento (2012) que desenvolveram um levantamento relativo às matrículas de estudantes indígenas de maioria Guarani Kaiowá, Kadiwéu, Guató e Terena estudantes das escolas municipais de Campo Grande/MS, moradoras de aldeias indígenas urbanas. Além destes documentos acadêmicos, ampliamos as leituras com referenciais teóricos a partir das contribuições de Hall (2005), Rocha (2003), Bhabha (1998), PCN Pluralidade Cultural (BRASIL,1997), Fleuri (2000; 2003) e Candau ( 2012).

## **II – A presença indígena na escola urbana de Ji-Paraná: que repercussões?**

Para realizarmos esta pesquisa, considerando as características do estudo em tela optamos pela abordagem qualitativa que de acordo com Minayo (2010, p.16) se "[...] inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida, a resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais". Neste sentido, indagamos: Como está acontecendo este novo contato entre indígenas e não indígenas nas escolas da Amazônia brasileira, a partir do município de Ji-Paraná-RO?

Elaboramos um plano esquemático, subdividido em três momentos: no primeiro desenvolvemos as leituras e reuniões periódicas com o grupo de estudo, bem como revisão de literatura relacionada à temática em questão. No segundo momento realizamos a pesquisa de campo por meio de aplicação de questionários nas escolas colaboradoras, entrevistas com os/os gestores(as) e docentes de escolas públicas de Ji-Paraná. Posteriormente entrevistamos os estudantes, familiares e lideranças indígenas inseridos neste processo. O terceiro momento deste estudo implicou na leitura e análise dos dados, tendo em vista compreender e documentar as repercussões da presença de estudantes indígenas em escolas urbanas, apoiado no referencial metodológico de Minayo (2010).

Nossa aposta é que estudos desta natureza aproximam as relações entre dois importantes campos do conhecimento, a Pedagogia e a Antropologia, resultando em uma documentação sobre os Povos Indígenas no contexto urbano a partir das repercussões ocorridas no ambiente escolar, que possivelmente engendram outro contato entre as populações indígenas da Amazônia e as populações urbanas. Material este que pode contribuir na compreensão da atualização desta nova condição dos Povos indígenas, sobretudo na mobilização de novas políticas públicas relacionadas a processos de educação diferenciada.

Nesta perspectiva, encaminha contribuições também para o desenvolvimento da Linha de Pesquisa *Antropologia Etnopedagógica: Povos Indígenas, Interculturalidade e Currículo* do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia – GPEA, possibilitando a elaboração de diferentes produtos acadêmicos.

Durante todo o estudo foi possível ouvir diferentes relatos, de diferentes lugares e perspectivas, envolvendo em um primeiro momento os familiares - pais e mães indígenas, mães não indígenas, crianças indígenas e posteriormente, docentes e direção de escolas públicas de Ji-Paraná.

Vale ressaltar que os indígenas entrevistados que atualmente moram na cidade de Ji-Paraná, estão aqui em função de três motivos: atuação como liderança no movimento indígena, mantém contato freqüente com instituições públicas como Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-RO, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Secretaria de Saúde Indígena – SESAI, Universidade Federal de Rondônia – UNIR e outras encaminhando deliberações do Povo. A busca por educação – anos finais do ensino fundamental e ensino médio e, há casos de insatisfação com a escola da aldeia e trabalho. Todos mantém forte relação com a Terra Indígena e os parentes que moram por lá.

Os resultados da pesquisa, dentre outros aspectos evidenciou elementos importantes para se pensar os deslocamentos indígenas para os centros urbanos na Amazônia, ocasionados principalmente em função das precárias condições de

atendimento público na aldeia nas áreas de educação e saúde, além da participação em movimentos sociais indígenas.

No que tange a experiência de estudar em uma escola pública da cidade, foi possível constatar o distanciamento entre as realidades das crianças indígenas e o espaço escolar urbano, além do comportamento introvertido que algumas crianças indígenas apresentam nas salas de aula pesquisadas.

O estudo realizado permitiu aproximações com os sentimentos destas crianças na escola urbana, uma escola vista por elas como a escola do "branco", do outro, em função possivelmente do olhar que dirige a elas: ora de invisibilidade quanto as suas especificidades lingüísticas e culturais, ora de discriminação explícita materializada por meio de apelidos, piadas, incompreensões sobre seus modos de vida e silenciamentos, práticas autorizadas talvez pela herança das antigas relações escravocratas e hierárquicas de mando, existentes nas fazendas e seringais, como a proibição de falar na língua materna, na atualidade repercutindo e ecoando manifestações do passado colonizador, o que nos autoriza a interpretar a presença indígena na escola urbana hoje como uma reedição do contato.

Outro aspecto relevante e preocupante é o pouco conhecimento dos docentes sobre os estudantes indígenas nas escolas urbanas, explicitando as lacunas na sua formação referente ao tratamento das diferenças culturais. Neste sentido, os resultados da pesquisa sugerem que os esforços para a mudança deste quadro de violência institucional escolar sofrido pelas crianças indígenas não pode ser responsabilidade apenas de educadoras e educadores envolvidos, mas dos sistemas de educação – estadual e municipais - em parceria com as instituições de Educação Superior.

Enfim, o desconhecimento das culturas indígenas e o ensino dos velhos estereótipos – a ideia do indígena de 500 anos atrás - pode provocar o distanciamento da criança em relação a sua afirmação étnica; os livros didáticos, o ambiente escolar, o comportamento dos agentes escolares continuam representando, valorizando apenas a cultura branca teimam em manter imagens fixas destes povos disponibilizando informações fragmentadas e distorcidas da sua condição atual.

### **Considerações Finais**

As repercussões acerca da presença de estudantes indígenas em escolas urbanas na Amazônia, particularmente em Ji-Paraná, apontam que a presença indígena na escola urbana é tensionada por uma série de conflitos – velados ou explícitos, demandas para a continuação de estudos. De um lado o olhar da escola sugere dificuldades de responder pedagogicamente de forma adequada a este contexto, por outro, as famílias indígenas afirmam situações de desconforto vivenciadas pelos estudantes. Concluímos que há uma

aproximação dos resultados deste estudo com aqueles desenvolvidos em outros estados brasileiros, mencionados no tópico II e que há necessidade do Poder Público avançar em duas medidas básicas: assegurar formação continuada docente por meio da implantação concreta da Lei 11.645 de 2008 e materializar políticas públicas diferenciadas para indígenas em contexto urbano.

## Referências

BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOTH, Sérgio José. **Da aldeia à cidade**: o cotidiano de estudantes Paresi em escolas urbanas de Tangará da Serra – MT. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá – MT. 2006.

BRASIL. **Pluralidade Cultural**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Estados 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat>  
Acesso em 23/06/2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.645/2008**. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso 13/07/2009.

Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006

BRAND, Antonio J.; CALDERONI, Valéria. A. M. O. **Ambivalências na identidade de estudantes indígenas em Campo Grande, MS**. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.61-72, Jan/Jun 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Cotidiano escolar: a tensão entre igualdade e diferença**1 Nuevamerica/Novamerica, n.134, 2012.

FLEURI, R. **Desafios a Educação Intercultural no Brasil**. Educação, sociedade e cultura. nº 16, 2001.

\_\_\_\_\_. **Intercultura e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Maio, junho, julho e agosto de 2003.

GOMES, Rafaela Maia; OLIVEIRA, Dulcineia da Silva et all. **Nossos parentes excluídos**: a questão da discriminação indígena em Ji-Paraná/Ro. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

LEONEL JR, Mauro. **Etnodicéia Uruéu-Au-Au**: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,1995.



MARTINS, Edilson. **Nossos índios, nossos mortos**. São Paulo: Circulo do livro,1978.

MINAYO, Maria C. S(org) .**Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes , 2010.

MINDLIN, B. **Nós Paiter: os Suruí de Rondônia**. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, 1997.

PALADINO, Mariana. **Experimentando a diferença** - trajetórias de jovens indígenas Tikuna em escolas de ensino médio das cidades da região do alto Solimões, Amazonas. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.160-181, Jan/Jun 2010.

PERDIGÃO, F; BASSÉGIO, L. **Migrantes Amazônicos**. São Paulo: Loyola, 1992.

REZENDE, Gerson Carlos. **A relação entre indígenas e não-indígenas em escolas urbanas**: um estudo de caso na cidade de Campinápolis – MT. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá – MT. 2003.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. 11.ed. São Paulo: Brasilense, 1994.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac. **Vozes Infantis**: as culturas das crianças Saterê Mawé como elementos de desencontros com as culturas das escolas. Tese de doutoramento. UFSC. 2009

SILVA, A. G. da. **No rastro dos pioneiros**: um pouco da história rondoniana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

TEIXEIRA, M. A. D; FONSECA, D. R. da. **História Regional**: Rondônia. 2. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

VIEIRA, Carlos M. N.; FERREIRA, Suelise P. B. de Lima; NASCIMENTO, Adir Casaro. **A criança indígena urbana e as escolas municipais de Campo Grande/MS**: uma cartografia preliminar da questão. Disponível em: <http://www.neppi.org/anais/Educa>  
Acesso: 20/10/2012.